

**OS NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS:
IDENTIDADES E PRÁTICAS
CULTURAIS**

CARLOS FORTUNA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Sociais

Introdução ao painel

«Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais»¹

139

NUM texto recente que pretendia enunciar alguns traços da oferta cultural e da sua relação com os espaços públicos da cidade em Portugal (Fortuna *et al.*, 1999) referi-me à conhecida exclamação de Le Corbusier, datada de 1929, segundo a qual a (re)construção da cidade e a sua (re)qualificação requeriam a «morte da rua». Passadas algumas décadas sobre a declaração, reconhece-se hoje que aquela necessidade de «matar a rua» não assinalava apenas uma polémica concepção de planeamento urbanístico das cidades, mas também pressagiava um futuro pouco glorificante para os espaços públicos urbanos. «Matar a rua» era reduzir ou eliminar uma dada constelação multifacetada de culturas e fazer surgir, em seu lugar, uma outra configuração de cidade, socialmente mais homogénea e politicamente mais regulada.

Gostaria de começar por aqui este conjunto de notas de apresentação desta Sessão de Trabalho subordinada ao tema geral «Os Novos Espaços Públicos: Identidades e Práticas Culturais». O que é que está em jogo nesta sessão?

¹ Conserva-se, deliberadamente, na generalidade deste texto o registo de intervenção oral.

Muito sinteticamente, diria que o que me parece estar em jogo é a questão da conjugação das formas modernas e dos lugares de expressão pública da vida social (Fortuna, 1999). Isto interfere, naturalmente, por um lado, com a questão das identidades de sujeitos e grupos sociais, os modos como se constituem, alteram e recompõem e, por outro lado, com alguns dos traços mais significativos da cultura e das práticas culturais contemporâneas, nomeadamente, como sustentarei adiante, em contexto urbano.

Não é uma agenda de trabalho menor aquela que temos pela frente. Escusado será dizer que tão pouco me parece que seja fácil o seu tratamento. Desde logo, e talvez essa seja a maior dificuldade, é que esta sessão fala, ou fala também, publicamente, de nós próprios. Depois, como não poderia deixar de ser, ao falar de nós, a Sessão debruça-se sobre temáticas muito variadas e expressa-se em discursos e registos não menos diversos.

Tentemos, no entanto, começar pelo princípio. E, o princípio é o espaço, ou, se se preferir, o espaço público.

É meu entendimento que o trabalho sociológico de Georg Simmel foi pioneiro na interpretação da significação social do espaço. Para o autor de *A metrópole e a vida do espírito*, as relações sociais têm uma dimensão espacial que interfere e condiciona o desenho das formas de ordenamento social e de expressividade pública da vida, tanto individual como colectiva, dos sujeitos.² Embora pioneira, a reflexão sociológica sobre o espaço produzida por Simmel, como de resto toda a sua sociologia, é acima de tudo uma sociologia das diferenças e de distâncias sociais. Não sendo uma sociologia das convivialidades alargadas ou das solidariedades partilhadas, e tratando-se mais precisamente de uma análise especulativa sobre a espacialização do individualismo, encontramos, todavia, em Simmel uma proposta inicial que me parece dever ser conservada na interpretação do espaço público contemporâneo: afastemos qualquer visão romântica do lugar da rua e da praça pública como terreno seguro do contacto e convívio social, multicultural e interclassista.

A discussão mais actual do espaço público encontra o seu berço na teoria crítica da Escola de Frankfurt e, mais em concreto, no trabalho de Habermas (1989). Da sua obra

² As considerações iniciais de Simmel sobre a espacialização das relações sociais surgiram em 1903, e encontram-se repartidas nos seus ensaios sobre a «Sociologia do espaço» (Simmel, 1997a) e sobre «A metrópole e a vida do espírito» (Simmel, 1997b).

sobre o espaço público, gostaria de destacar apenas a ideia de que este não pré-existe à sociedade. Ele tem que ser socialmente construído e politicamente conquistado. Creio que deve ser este o sentido que devemos imprimir à nossa discussão: os novos espaços públicos são os espaços democráticos de expressão da cidadania, de co-presença, de interação e de alargada inter-comunicação social que, a cada momento, somos capazes de concretizar. Tenho para mim que este espaço público encontra hoje na cidade e na cultura (política) urbana os seus arquétipos mais significativos. A ser assim, portanto, se estamos aqui a lidar com um espaço de co-presença e de inter-comunicação que tem que ser conquistado sobretudo em contexto urbano, a primeira pergunta que nos devemos fazer é sobre *quem faz e de que modo se constrói* este espaço público, ou, o mesmo é dizer, a cultura urbana? Em Habermas, o espaço público não tem uma espacialização própria, exceção feita aos lugares de encontro burgueses onde se forja o «sentido público dos interesses privados»: cafés, clubes, tertúlias, sociedades secretas... Também nós, nesta Sessão de Trabalho, como Habermas, infelizmente, não temos uma reflexão sistemática sobre esta dimensão física dos (novos) espaços da sociabilidade urbana. Temos, isso sim, comunicações sobre expressões sociais diversas que se configuram e materializam naqueles espaços. Perdoarão, portanto, se fizer uma brevíssima alusão a algumas questões ausentes e me debruce, de passagem, por esta área de problemas.

Quem mata ou vivifica, quem reduz ou amplia a rua e a praça pública das nossas cidades? Os políticos, os arquitetos, os urbanistas? Os interesses especulativos da construção urbana? Os interesses económicos e financeiros? Os cidadãos residentes, os turistas, os consumidores? Todos ou nenhuns deles? As políticas de regeneração, requalificação e enobrecimento urbanos obedecem a princípios éticos ou estéticos, comerciais ou de mercado? Estas políticas urbanas de ordenamento, como de resto as intervenções arquitectónicas ou artísticas na cidade são ou não um domínio específico de competências adquiridas que, por isso, deixam de fora da sua concepção, para não acrescentar também, da sua avaliação, numerosos e amplos segmentos da sociedade? Com que efeitos sobre as sociabilidades em espaço público?

O espaço público é uma daquelas categorias que só pode ser pensada por referência ao seu oposto — o espaço privado. Que fazer com esta dicotomia? Muito pouco, além da

sua enunciação. Como com todas as outras dicotomias que povoam o nosso léxico, talvez possamos utilizá-la apenas enquanto instrumento operativo da interpretação da realidade. Num tempo de contaminações como aquele em que vivemos hoje, em qualquer domínio do conhecimento as realidades binárias não resistem ao mais elementar exercício de validação.

Mas mais do que isso, como se reconhece hoje também, o pensamento binário é um pensamento propenso a ocultações diversas. Na medida em que o público oculte o privado, e vice-versa, só podemos pensar cada um deles através da imaginação da sua fronteira. É esta fronteira que concretiza a ambos. Tomemos o clássico exemplo da porta. Para a sociologia de Erving Goffman (1993), a porta é talvez a imagem alegórica mais sensível das formas de relacionamento social. A porta fechada isola, e isola-nos, protege-nos, confere intimidade e, no espaço reservado que estabelece, os sujeitos encontram a sua autenticidade, ou se se preferir a identidade pessoal com que tratam de se apresentar e relacionar com outros. A dimensão pública e visível do mundo é, para Goffman, o totalitarismo. Tomemos, ao invés, a sociologia de Habermas. Aqui, a porta deve estar sempre aberta. Deve permitir a comunicação e a sua circulação, potenciar a avaliação pública, política, ética e moral dos sujeitos. A privacidade é a tirania.

A porta, a que Simmel acrescentava também a ponte, tanto une e relaciona o mundo pessoal ao mundo colectivo, como isola e separa um mundo do outro. No fundo a porta é uma fronteira e as fronteiras foram desde sempre o cerne do pensamento social e sociológico. É na fronteira e na porosidade das separações, na ambivalência e justaposição de sentidos e significados que devemos investir o nosso esforço de reflexão e procurar revelar aí aquilo que público e privado ocultam um do outro e, assim, de nós. Não sendo desta fronteira que fala o texto de Sofia Afonso³, porém, a sua análise sobre os jovens filhos de emigrantes — actores muito especiais que se movem eles próprios entre-fronteiras — não deixa de poder ser equacionada nos termos das possibilidades que as «portas» e as «pontes» da emigração ora abrem ora fecham para perspectivar o desenrolar de uma identidade que deambula entre dois pólos: o «regresso» a uma origem representada ou a permanência numa cultura adoptada.

³ «A segunda geração e o regresso: a geografia do actor de fronteira».

Hannah Arendt (1958) sugere que entre o público e o privado devemos tentar captar aquilo a que ela chama «espaço social». Trata-se de uma categoria intermédia, situada algures entre um e outro daqueles domínios, sobrepondo-se a ambos e revelando, na sua autonomia, sinais próprios de cada um deles. Mas há outras propostas de descobrir e autonomizar aquilo que é ocultado no binómio. Gillian Rose (1993) fala de «espaços paradoxais», Nancy Fraser (1991) prefere «contra-espaços» e «contra-públicos», Mary Ann Tétreault (1998) refere-se a «meta-espaços». O que é que têm em comum estas novas conceptualizações? Diria, de modo abreviado, duas coisas: (i) que são sinais de insatisfação com a compartimentação que a teoria parece querer fazer da realidade da vida e que, ao mesmo tempo, (ii) são categorias intermédias propostas por mulheres, com o intuito de iluminar e dar relevo ao papel ocultado da mulher na constituição da vida social pública.

São as mulheres um dos segmentos sociais mais descontentes com a realidade que a distinção público-privado pretende consagrar? Por certo que sim, mas esta resposta não a retiro dos textos de que dispomos para esta Sessão de Trabalho. Mas que entre o contingente dos mais insatisfeitos se encontram os grupos homossexuais, isso sim, resulta claro dos textos propostos por João Paulo Dias⁴ e por Paulo Jorge Vieira⁵, que nos põem perante a questão da cidadania sexual.

Sabemos que, historicamente, a sexualidade esteve sempre separada da esfera pública e remetida ao domínio da vida privada. Sabemos também que a relação da sexualidade com o amor surge apenas no séc. XVIII. Contudo, a realidade do séc. XX parece apontar para uma nova separação, à medida que colapsa a narrativa do amor romântico e se assiste à sua compressão no *affaire* amoroso (Illouz, 1998). Este é, sem dúvida, um sinal da adequação dos sentimentos e emoções à lógica da sociedade de consumo e da busca de satisfação pessoal, intensa e imediata. Daqui resulta que a sexualidade, que fora domínio privado, ganhou agora também uma indesmentível expressão pública. É neste sentido que pode falar-se de cidadania sexual, ou seja, uma outra modalidade da nova geração de direitos, que não diz respeito apenas ao controlo

⁴ «Para acabar de vez com o... sexo — sexualidades globais e atitudes emancipatórias» (já publicado como *Oficina do CES*, nº 143, Agosto de 1999).

⁵ «O(s) espaço(s) gay: notas críticas para uma geografia da homossexualidade».

pessoal dos sujeitos sobre o seu corpo, mas se refere também às relações sociais que se estabelecem, às representações que se cultivam e às escolhas identitárias e experiências que se promovem. A cidadania sexual é, portanto, um composto de intimidade (pessoal) e de expressividade (pública) e a sua compreensão reclama uma transposição de fronteiras entre as esferas públicas e privadas.

Homossexuais, mulheres, africanos, afro-americanos, latinos e deficientes, entre outros tantos grupos, contam-se, por exemplo, entre os grupos sociais que mais lutam pela afirmação e reconhecimento público das suas identidades, o mesmo é dizer, pela afirmação e reconhecimento dos seus direitos de cidadania. Na medida em que sejam e estejam afastados do espaço e do reconhecimento públicos, contam-se entre aqueles que, como diria Hannah Arendt, «não têm direito a ter direitos». No entanto, as condições em que se desenrola a luta pela sua afirmação e reconhecimento públicos podem mostrar-se carregadas de ambiguidades. Ao fazerem valer as suas reivindicações, mostram-se grupos amplos, abertos e inclusivos. Ao fazê-lo, não deixam, naturalmente, de pôr em evidência a sua própria especificidade identitária e, deste ponto de vista, tendem a revelar-se grupos particularistas e de pertença ou adesão condicionada. A ambiguidade e a reciprocamente contaminada proximidade do público e do privado acentuam-se uma vez mais: se, num caso, podem estar do lado do público, noutro, estão do lado do privado.

A ambivalência é, portanto, inerente à afirmação das identidades. Mas a ambivalência ontológica destas pode alimentar a discriminação política dos indivíduos e grupos sociais. Que o diga Manuel Carlos Silva⁶ que, com o olhar fixado sobre os ciganos, nos propõe uma avaliação das formas insidiosas, subreptícias e preconceituosas que sustentam as acções de marginalização e discriminação social de que são alvo entre nós. Esta é uma outra fronteira entre o público e o privado a que é preciso estar atento: é o terreno das formas capciosas de exclusão e de exclusivismo, de autoritarismo, de *apartheid*, ou de fascismo social. Será que a integração social daqueles grupos, acompanhada de uma fusão de culturas e da consagração do princípio do pluralismo cultural, como sugere Manuel Carlos Silva, bastam para assegurar a condição cidadã aos grupos que constituem as margens do nosso ordenamento social?

⁶ «Racismo e conflito interétnico: em busca de uma explicação».

A *imaginação do centro*, uma noção cara à análise que Boaventura de Sousa Santos faz do Estado português pode ser alargada a outros contextos e significar o desejo de inclusão, de auto-promoção e de reconhecimento públicos que parecem pautar diversos modos de auto-definição de um vasto contingente de sujeitos e grupos sociais. Esta busca de *centração* surge ilustrada, por exemplo, no texto que Francisco Ramos e Silvério Cunha⁷ subscrevem, em que se fala de «aldeias que querem ser vilas, de vilas que querem ser cidades, de cidades que querem ser património da Humanidade». Em paralelo com isto, por seu turno, Paulo Peixoto fala, na sua comunicação⁸, de cidades que se entregam à gestão racional (isto é, com objectivos de autovalorização no mercado... das cidades) da sua identidade e à promoção estratégica das suas imagens, de modo a tornarem-se mais competitivas, ou o que é o mesmo, mais centrais.

Numa sociedade e numa cultura que se globalizam e complexificam, porém, esta *imaginação do centro* convive de perto tanto com a radicalização da diferença, como com a construção de comunidades imaginárias. Para alguns, ao invocarmos estas comunidades, estamos a falar de comunidades pós-culturais em que as identidades colectivas parecem desprovidas de convicções substantivas, no sentido da sua densidade histórica, e serem antes fruto da leveza e flexibilidade dos significados da cultura.

Onde situar a consciência colectiva ou a identidade destas comunidades? Esta não é uma questão nova para a Sociologia e as restantes Ciências Sociais. Émile Durkheim (1960) já a confrontara, ao admitir que a consciência colectiva ou existe à deriva num vazio cultural ou, em alternativa, relaciona-se com o resto do mundo, através de um qualquer abstracto do qual fica dependente. Será que a moderna cultura do consumo, tecnológica e urbana, pode tornar-se hoje esse substrato que confere existência e localiza a consciência colectiva? Uma tal hipótese pode ser perseguida, por exemplo, quer em Umberto Eco («hiper-realidade») ou em Jean Baudrillard («mundo Disney»), quer nos «teóricos críticos» de Frankfurt, seja em Herbert Marcuse («falsas necessidades») seja em Theodor Adorno («indústrias culturais»). O que é possível fazer despontar destas referências é uma

⁷ «A crise do espaço público e a (re)invenção da tradição».

⁸ «Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de concepção e de gestão das imagens das cidades».

reflexão original acerca do advento de um conjunto variado de bens culturais individualizados que não apenas forjam as mais diversas fantasias entre os seus consumidores, reais ou potenciais, mas, ao mesmo tempo, contribuem para definir e actualizar uma estrutura renovada de gostos, preferências e realizações pessoais.

Os textos que Fernando Sidónio Costa⁹ e Lídia Silva¹⁰ apresentaram a esta Sessão, focando o lugar da Internet, a condição de cibernauta e a natureza das comunidades virtuais, interrogam e interrogam-nos sobre esta e outras questões da cultura e da sociedade moderna. Reconduzem-nos à reflexão que Scott Lash fez connosco na manhã de ontem¹¹. Espero sinceramente que possam enunciar as suas perspectivas na parte de debate que se seguirá..

Lídia Silva cita Howard Rheingold que admite que o ciberespaço possa ser o «lugar errado» para situar o renascimento da comunicação e não seja mais que um simulacro. Mas o que é um simulacro? Uma ilusão, uma promessa nunca cumprida, uma proposta que faz de nós e da nossa cultura uma possibilidade sempre inacabada? Mas que, por isso mesmo nos faz mover? Que eficácia prática cultural tem o simulacro? Ape-tece pedir a Francisco Ramos e Silvério Cunha, que esclareçam sobre como interpretar o facto de a calçada *medieval* de Monsaraz ter sido construída em 1940? Como temos vontade de questionar Claudino Ferreira, autor de uma comunicação sobre a Expo '98 e a representação da portugalidade,¹² porque é que Vasco da Gama não foi à Expo? Ou perguntar a Margarida Lima de Faria, que apresenta um texto sobre os museus,¹³ se, sendo o museu, também ele, um cenário, nos diverte educando ou educa divertindo?

Nem público nem privado: estou bem muito obrigado! Este parece ser o lema do consumidor bem sucedido de objectos, bens e serviços, de imagens e de mensagens. Conhece e movimenta-se bem no mercado, domina os mecanismos da informação e a cidade para ele parece não ter segredos. Muito ao contrário, é ele que constitui ainda um segredo para nós. Quem são os públicos consumidores da

⁹ «Ontologia das comunidades virtuais: desdramatizar para compreender».

¹⁰ «A Internet — a geração de um novo espaço antropológico».

¹¹ Refiro-me à conferência de abertura de Scott Lash, publicada neste número da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Lash, 1999).

¹² «Imagens e representações de Portugal e da portugalidade na Expo'98».

¹³ «Educar ou divertir... uma análise sociológica do papel dos museus num mundo globalizado».

cultura? Ou de outro ângulo, quem são os não-públicos da cultura? Como se percebem e configuram as práticas de saída (de casa) para o espaço (público) da oferta de bens culturais em Portugal? Sabemos muito da oferta, conhecemos menos bem a procura de cultura em Portugal. Helena Santos¹⁴ e Paula Abreu¹⁵ escrevem, a primeira, acerca dos consumidores culturais em contextos situacionais específicos, a segunda, acerca dos consumos musicais. As práticas culturais de saída em busca do consumo cultural hão-de certamente ter uma espacialização própria. Hão-de por isso, também, conferir diversidade e dinamismo ao espaço público urbano. Mas as comunicações destas colegas não deixam de nos fazer interrogar acerca da interferência da cultura produzida e consumida sobre o espaço público. Pode, por essa via, pensar-se que o espaço público pode ser redinamizado e proporcionar uma sociabilidade mais densa e uma participação mais democrática, com benefícios para a qualidade da cidadania vivida? Pode, ao contrário, admitir-se que os consumos culturais em público reforçam as competências e as capacidades sócio-culturais já estabelecidas e fazem cristalizar as hierarquias sociais?

É que estas questões, todas estas questões, me parecem importantes para nos interrogarmos, como fizemos desde início, sobre *quem faz e como se faz, como se constrói e dinamiza* o espaço público? A pergunta é, em parte, deliberadamente inocente. Permitam-me o arrojado final, mas parte da resposta está à nossa vista: o espaço público faz-se também assim, connosco, em público... e com a *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ■

¹⁴ «Públicos e consumidores em contextos específicos».

¹⁵ «Práticas e consumos da(s) música(s): ilustrações sobre alguns novos contextos da prática cultural».

Referências Bibliográficas

148

- Adorno, Theodor 1991 *The Culture Industry*. London: Routledge.
- Arendt, Hannah 1958 *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Baudrillard, Jean 1991 *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Durkheim, Émile 1960 *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF.
- Eco, Umberto 1986 *Travels in Hyperreality*. London/New York: Harcourt Brace & Co.
- Fortuna, Carlos 1999 «Introdução: Expressões públicas da vida sensível», in *idem, Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, Carlos *et al.* 1999 «Espaço Público Urbano e Cultura em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 85-117.
- Fraser, Nancy 1991 «Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy», in Craig Calhoun (org.) *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge (Mass.): MIT Press.
- Goffman, Erving 1993 *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água [1959].
- Habermas, Jürgen 1989 *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge (Mass.): MIT Press [1962].
- Illouz, Eva 1998 «The Lost Innocence of Love», *Theory, Culture & Society*, 3-4, 161-186.
- Lash, Scott 1999 «Crítica da informação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 13-30.
- Marcuse, Herbert 1964 *One-Dimensional Man*. New York: Beacon Press.
- Rose, Gillian 1993 *Feminism and Geography*. Cambridge: Polity Press.
- Santos, Boaventura de Sousa 1994 *Pela Mão de Alice*. Porto: Afrontamento.
- Simmel, Georg 1997a «The Sociology of Space», in David Frisby; Mike Featherstone (orgs.), *Simmel on Culture*. London: Sage [1903].
- Simmel, Georg 1997b «A metrópole e a vida do espírito», in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta. [1903].
- Tétreault, Mary Ann 1998 «Formal Politics, Meta-Space and the Construction of Civil Life», in Andrew Light; Jonathan M. Smith (orgs.), *The Production of Public Space*. Lanham: Rowman & Littlefield.